



EXPERIÊNCIA URBANA DA MOBILIDADE DE MULHERES: DESAFIOS AO PLANEJAMENTO URBANO EM LIMEIRA (SP)

Urban experience of women's mobility: challenges to urban planning in Limeira (SP)

Eduardo José Marandola Júnior

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7209-7735>
E-mail: edaurdo.marandola@fca.unicamp.br

Fernanda de Faria Viana Nogueira

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5848-4851>
E-mail: f262924@dac.unicamp.br

Ana Carolina Grilli Felizardo

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
E-mail: carolinagrilli@gmail.com

Trabalho enviado em 13 de junho de 2022 e aceito em 25 de agosto de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 52-72.

Eduardo José M. Júnior, Fernanda de Faria V. Nogueira e Ana C. G. Felizardo
DOI: [10.12957/rdc.2024.68216](https://doi.org/10.12957/rdc.2024.68216) | ISSN 2317-7721

RESUMO

O presente trabalho busca se debruçar em algumas questões da mobilidade urbana a partir da experiência de mulheres no município Limeira (SP). Com as experiências cotidianas das participantes da pesquisa, investigar a experiência de mulheres no contexto das novas mobilidades urbanas nos permitiu compreender as transformações que são afetadas pela relações de gênero que dão sentido a mobilidade e, em uma perspectiva mais ampla, da própria cidade e das políticas públicas que pautam a construção de um planejamento urbano. Nos permitimos fazer o exercício de tensionamento do que é ser mulher em situação, tendo seu recorte a cidade de Limeira e as suas mobilidades urbanas. Aqui nos foi possível compreender como o deslocamento urbano no município de Limeira possui impacto nos corpos das mulheres e na sua experiência na cidade, tendo como destaque a criação do que nomeamos como táticas e estratégias para suas vivências urbanas. Consideramos latente, portanto, a urgência de se pensar uma administração pública que se paute nessas experiências para a construção de direito à uma cidade para todas e todos.

Palavras-chave: Direito à cidade; Corporeidade; Vulnerabilidade; Mobilidade Urbana; Mulheres.

ABSTRACT

The present work seeks to dwell on some issues of urban mobility from the experience of women in the municipality Limeira - SP. With the daily experiences of the research participants, investigating the experience of women in the context of new urban mobility allowed us to understand the transformations that are affected by gender relations that give meaning to mobility and, in a broader perspective, the city itself and public policies that guide the construction of urban planning. We allowed ourselves to do the exercise of tensioning what it is to be a woman in a situation, having as a cutout the city of Limeira and its urban mobility. Here we were able to understand how urban displacement in the city of Limeira impacts women's bodies and their experience in the city, highlighting the creation of what we call tactics and strategies for their urban experiences. We consider latent, therefore, the urgency of thinking about a public administration that is based on these experiences for the construction of the right to a city for all.

Keywords: Right to the city; Corporeality; Vulnerability; Urban Mobility; Womens.

INTRODUÇÃO

As transformações do espaço urbano orientadas ao consumo e à fluidez do capital influenciaram a criação de novas formas urbanas, constituindo territórios de mobilidade ordenados pelos longos trajetos, altos custos e separação entre casa e trabalho. O impacto deste padrão de urbanização tem sido discutido ao redor do mundo, seja em termos de consequências ou características demográficas, impactos sociais, desdobramentos para o desenvolvimento urbano, os custos ambientais e suas repercussões para os modos de vida e a constituição de uma nova cultura da mobilidade (LEMOS, 2009; ELLIOTT; URRY,



2010). A mobilidade, nesse sentido, ganha desafios que impactam em vários níveis as formas de deslocamentos nas cidades (OJIMA; MARANDOLA JR., 2012; SELLER, 2017).

Ao pensarmos na estrutura em que se pautam as políticas públicas de planejamento urbano, é possível observar que essas também são construídas em alinhamento a uma ordem de produção e demarcação de desigualdades, dentre elas, a desigualdade pautada no gênero. Ainda que todos estejam sujeitos a situações de violência nas ruas e nos deslocamentos urbanos, as mulheres estão flagrantemente mais vulneráveis, em diferentes níveis, sentindo seus corpos mais expostos a distintos tipos violências, afetando de forma dramática seu direito à cidade. Em busca de uma menor possibilidade de exposição aos riscos relacionados à violência, as mulheres procuram recursos para se deslocarem de forma segura, que as permitam um menor tempo de exposição no espaço urbano pensando na mobilidade ordenada pelos longos trajetos e na separação entre casa e trabalho (KERN, 2021).

As situações de opressão e medo vivenciadas pelas mulheres se dão a partir de uma construção histórica e social na qual são situadas como inferiores na “hierarquia do sexo”, conceito utilizado para definir os papéis de gênero impostos historicamente na sociedade e que impactam no que é ser-mulher no mundo. É evidente que existem conquistas na trajetória atual das experiências das mulheres em cidades do mundo – vide o crescimento de movimentos feministas –, o que muda e transforma os espaços públicos aos quais elas vivem (BEAUVOIR, 2016).

No entanto, se por um lado as mulheres passam a ganhar maior visibilidade, autonomia e presença nos espaços públicos; de outro, pelas persistentes relações desiguais, ainda experienciam vulnerabilidades e inseguranças distintas dos homens. Esse entendimento torna ainda mais tangível a percepção de que é urgente a consideração dessas vivências para o planejamento urbano das cidades.

Mesmo com toda a luta e inclusão das mulheres na construção social e democrática do espaço urbano, ainda há desafios não enfrentados os quais ficam evidentes ao considerarmos que as mulheres estão situadas em um mundo construído por e para homens, o que está impresso e expresso na forma urbana. A corporeidade das mulheres em menor ou maior grau, a depender de atravessamentos como cor, sexualidade, classe social e idade, ainda enfrentam situações impositivas que as vulnerabilizam no contexto urbano (KERN, 2021).

Temos assim uma situação ambígua, na qual há crescente reconhecimento das estruturas sexistas que dão sentido à produção e à reprodução social, ao mesmo tempo em que tais relações desiguais de gênero continuam cotidianamente presentes na experiência urbana das mulheres.

Neste sentido, este artigo objetiva investigar a questão da vulnerabilidade de mulheres nos seus deslocamentos na cidade a partir de sua experiência. Buscamos, assim, não apenas evidenciar uma vulnerabilidade desigual vivida por elas, mas, compreender as estratégias e as táticas que lançam mão em

sua mobilidade cotidiana. Baseado em uma pesquisa fenomenológica, que se volta para a experiência fática do ser-no-mundo (CRITELI, 2012), buscamos, pelos espaços de vida das mulheres (trajetos cotidianos significados pela experiência), compreender sua mobilidade pela cidade e a constituição de sua vulnerabilidade (MARANDOLA JR., 2011; 2014).

A pesquisa foi realizada entre os anos de 2018 e 2019, estando contextualizada no projeto “Mobilidades contemporâneas”, do Laboratório de Geografia dos Riscos e Resiliência (LAGERR) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em Limeira (São Paulo). Tendo como foco o próprio município, que se caracteriza como cidade de porte médio, localizado ao lado e com fortes articulações com a Região Metropolitana de Campinas, exerce influência direta em municípios menores e se articula com outras cidades de porte semelhante do entorno, como Piracicaba, Americana, Rio Claro e Araras, por exemplo (BAENINGER; et al, 2012; MARANDOLA JR.; MAGOSSO, 2016).

As mulheres que participaram da pesquisa foram seis, com as quais foram realizadas entrevistas biográficas com o objetivo de desenhar seus espaços de vida cotidianos, tendo como foco a experiência da mobilidade na cidade. Com exceção de uma participante, moradora da Vila Claudia, todas as participantes moram em bairros distantes do centro da cidade (Jardim Morro Azul, Parque Residencial Abílio Pedro, Jardim Morro Branco e Nossa Senhora das Dores II), com diversidade de situações de ocupação, idade e origem. Isso permitiu uma variedade de experiências, bem como motivos, duração e modalidades de deslocamentos cotidiano, contribuindo para a variedade dos sentidos referentes ao fenômeno investigado (CRITELI, 2006).

A pesquisa de campo realizada em Limeira constitui o ponto de partida para uma reflexão mais ampla, foco do artigo, referente ao ser-mulher na cidade, mostrando que é necessária uma nova abordagem das políticas e administração públicas para a mobilidade e, em última análise, para a própria cidade. A pesquisa reforça a urgência de pensarmos um planejamento urbano dos espaços públicos da cidade não apenas pelos e para os homens, mas que parta também da experiência das mulheres. Somente com o enfrentamento das desigualdades de gênero será viável diminuir as vulnerabilidades desiguais e vislumbrar uma cidade que se almeje para todos e todas.

No primeiro momento desse trabalho começamos observando a experiência do ser-mulher no mundo a partir da construção de sua alteridade em relação aos homens. E, tendo como base a fenomenologia e o existencialismo, há também o entendimento a concepção da mulher como vir-a-ser, sempre com possibilidades de subversão e aberturas nas estruturas sociais que se impõem.

A partir desse sentido de construção do que é o ser-mulher, mergulhamos na experiência das mulheres da cidade de Limeira, no estado de São Paulo, em que o trabalho de campo e o acompanhamento dos percursos dessas mulheres nos trouxeram a necessidade de pensar as táticas e

estratégias as diferentes vulnerabilidades que se apresentam nas ruas da cidade, o que oblitera seu direito à cidade enquanto mulheres. E, por isso, segue o latente questionamento: para quem foram feitos os espaços da cidade? Pensar com as experiências das mulheres os espaços públicos e o direito de deslocamento, é também pensar quem são e foram as pessoas que construíram e ainda constroem esse espaço público de maneira a promover – e também invisibilizar – as vulnerabilidades experienciadas por essas mulheres. Promover a construção de uma política de administração pública em que as mulheres estejam inseridas é uma demanda urgente para mudança e o enfrentamento dessas vulnerabilidades e da garantia do direito à cidade.

Os desafios do planejamento urbano para construção de espaços públicos na cidade em que as mulheres tenham seus direitos respeitados e reconhecidos, portanto, passam pelo entendimento desses problemas estruturais e também pela urgência de uma maior participação das mesmas nas esferas de poder de decisões públicas.

O QUE ATRAVESSA A EXPERIÊNCIA DO SER-MULHER?

Construído socialmente ao longo da história, os papéis de gênero sempre contribuíram para que as mulheres fossem vistas como inferiores. Na esteira do pensamento existencialista e fenomenológico, que busca olhar para as experiências das mulheres, nos deparamos com o tensionamento da definição da existência das mulheres apenas por atribuições biológicas e físicas.

Na obra “O Segundo Sexo”, Beauvoir (2016), aponta as diferenças nas características biológicas que se apresentam no homem e na mulher, mas afirma que, as mesmas não bastam para definir que é ser mulher. Essa definição exige uma disposição acerca de todo contexto que as envolvem, contexto esse que as colocam em uma posição de inferioridade na hierarquia dos sexos que se constitui ao longo da história da humanidade.

Segundo Beauvoir (2016), a “hierarquia dos sexos” surgiu para reafirmar a superioridade dos homens no momento em que o homem reina soberanamente sob o seu papel paternal e dono da propriedade privada. Desde então, o aparecimento do sistema patriarcal se torna cultural e predisposto a colocar a mulher nesse lugar de inferioridade e opressão, e, do mesmo modo, traz a figura masculina como dominador.

De acordo com Beauvoir (2016, p. 75)

O direito paterno substituiu-se então ao direito materno; a transmissão da propriedade faz-se de pai a filho e não mais da mulher a seu clã. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida. O homem, reinando



soberanamente, permite-se, entre outros, o capricho sexual: dorme com escravas ou hetairas, é polígamo.

Diante da discussão que tange a ótica patriarcal, pode-se dizer que a substituição do homem dentro do direito materno foi o pontapé no processo de hierarquização dos sexos e um movimento que fez da mulher, como sua principal função, a de progenitora e da criação dos filhos.

Na experiência das mulheres, a condição de inferioridade esteve fortemente presente em suas histórias e na estrutura social das sociedades ocidentais fazendo com que a construção de sua experiência no mundo fosse deslegitimada. Porém, na contemporaneidade, já podemos observar alguns movimentos que tensionam essa naturalidade de deslegitimação imposta, em busca de desconstruí-la.

Dessa forma, a partir dos estudos que trazem uma perspectiva sobre o gênero, a mulher pode ser vista como vir-a-ser e se permitir a existir de outras formas e a partir disso, poder estar em outras situações que não o lugar de oprimida. Beauvoir (2016) assume a ideia de Merleau-Ponty no sentido de que a mulher não é uma realidade imóvel, e sim um vir-a-ser; e é no seu vir-a-ser que deveria definir suas possibilidades.

A pluralidade que se faz no vir-a-ser é necessária para que não haja uma categorização que represente um único grupo de mulheres, mas sim, para assumir a amplitude e a complexidade da existência das mulheres no mundo. Como nos coloca a socióloga nigeriana Oyèronké Oyewùní (2021), o gênero é uma construção social que nunca é a mesma no tempo e no espaço. Dessa forma, as diferentes experiências devem ser consideradas como possibilidades para ambiguidades no que é ser mulher.

De fato, a categorização das mulheres nos discursos feministas como um grupo homogêneo, bioanatomicamente determinado, sempre constituído como desempoderado e vitimizado, não reflete o fato que as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço. Se o gênero é uma construção social, então devemos examinar os vários locais culturais/arquitetônicos onde foi construído, e devemos reconhecer que vários atores localizados (agregados, grupos, partes interessadas) fazem parte da construção. Devemos ainda reconhecer que, se o gênero é uma construção social, então houve um tempo específico (em diferentes locais culturais/arquitetônicos) em que foi “construído” e, portanto, um tempo antes do qual não o foi. Desse modo, o gênero, sendo uma construção social, é também um fenômeno histórico e cultural (OYEWÙNÍ, 2021, p.39).

Ao olhar para história e para cultura que aqui permeiam a situação em que as mulheres estão no Ocidente, e, particularmente nessa pesquisa, em Limeira, podemos ver os movimentos sociais que buscam validar a dignidade dos corpos femininos e debater toda a sua importância e visibilidade, pois, ao longo da história demonstra-se uma busca incessante pelas mulheres para se reafirmarem e se legitimarem como seres humanos e detentoras de direitos. Os homens que, em menor ou maior grau,

sempre tiveram acesso a esses direitos, por muito tempo não foram questionados sobre as consequências de manutenção de um mundo que se constrói com e a partir deles (BEAUVOIR, 2016).

Diante disso, ao longo de sua trajetória o movimento feminista foi uma mobilização importante em defesa da igualdade de direitos entre mulheres e homens que teve como finalidade contribuir para a inserção da mulher em espaços da sociedade que a impediavam de exercer a sua existência (TELES, 2017).

Dessa forma, acredita-se que a atuação do movimento feminista em suas diferentes vertentes construídas ao longo do tempo – sobretudo ressaltando o movimento feminista negro e interseccional – foi um agente importante no processo de liberdade de expressão e da atuação que as mulheres possuem hoje, colocando também em perspectiva as diferentes possibilidades de ser mulher (HOOKS, 2018).

Levando em consideração a discussão em que o protagonismo do corpo e da experiência em que esse trabalho está situado, não nos caberá aqui trazer uma única definição do que é ser-mulher, pois entendemos que as experiências são distintas para os corpos de diferentes mulheres. O estudo e o tensionamento sobre o que é ser-mulher em uma perspectiva existencialista, tem como objetivo provocar reflexões que possam nos ajudar a entender como funcionam as relações de gênero e o impacto dessa construção política e cultural no cotidiano das mulheres, intercambiando entre as escalas do particular com o universal.

Em vista disso, Barbosa (2017) nos traz a ideia de que a experiência da mulher não pode ser generalizada nem tornada absoluta, pois existem várias formas de experiências do mundo e do corpo, entretanto, por toda construção e discussões de gênero e suas singularidades, pode-se refletir que cada experiência está também atrelada a uma história de opressão e marginalização. Desse modo, ainda que as experiências sejam individuais e únicas, ser mulher é vivenciar singularidades em comum.

O corpo é a experiência vivida e exerce papel fundamental na constituição do mundo. Dessa maneira, a mulher existe e resiste para tornar suas experiências como sendo reais e legítimas. Beauvoir (1970), coloca a experiência como cerne no sentido do que é ser mulher, onde a existência precede a essência e transcende-se para o mundo.

A homogeneidade da ação masculina sob o corpo da mulher precisa ser questionada em uma perspectiva que coloque a existência dos corpos femininos no centro do debate fazendo com que dessa forma as suas experiências não sejam silenciadas. Em virtude disso, a teoria fenomenológica tem demonstrado a importância sobre a discussão da inclusão da experiência do corpo da mulher como essencial no debate sobre gênero.

A filosofia fenomenológica feminista tem contribuído para uma teoria que inclua a experiência do corpo e da própria perspectiva da mulher no debate sobre gênero. A ideia de um mundo sensorial e de significados próprios de uma experiência relacionada ao gênero posiciona a mulher – que, como uma categoria, ainda disputamos seu



significado identitário e político – enquanto sujeitos da sua própria experiência (BARBOSA, 2017, p. 2).

A partir da ideia das experiências como sendo individuais e únicas, vale ressaltar a diferença entre idades e as diferentes formas de sentir a partir desse fator. As experiências de uma mulher mais jovem são diferentes das experiências de uma mulher mais velha, e essa condição é também de grande importância para entender as formas de opressão que cada corpo possui. Beauvoir (1970) aponta em argumentos de que a mulher é considerada fêmea até a sua fase reprodutiva, e que por isso as mulheres mais velhas constituem "um terceiro sexo", situando sua mudança fisiológica e não reprodutiva. Esses elementos serão de extrema relevância para compreendermos alguns fatores que ainda são vivenciados cotidianamente na vida de mulheres aqui estudadas no recorte feito pela pesquisa.

Mesmo com alguns direitos conquistados ao longo do tempo, ainda assim é evidente os diversos eventos de hostilidade que os corpos femininos vivenciam nas ruas ou até mesmo dentro de casa. Especificamente no Brasil, é possível observar a intensa violência contra mulheres a partir do “Mapa de Violência Contra Mulheres”, publicado em 2018, apontando que foram contabilizados 32.916 casos de estupro no País entre os meses de janeiro e novembro de 2018 (COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER, 2018).

Nesta perspectiva, observa-se, com frequência, estratégias e táticas utilizadas pelas mulheres para evitarem situações nas quais as colocam em um lugar de perigo e vulnerabilidade. De Certeau (2002) traz a ideia de que a tática é uma forma de ausência de poder bem como a estratégia se dá pelo postulado de um poder.

As estratégias e táticas são necessárias para enfrentar o que se coloca no cotidiano das cidades e atravessa a experiência das mulheres, que se deparam com espaços que reforçam a invisibilidade e vulnerabilidade em que estão situadas.

ESTRATÉGIAS E TÁTICAS DE MULHERES NO DESLOCAMENTO DIÁRIO EM LIMEIRA (SP)

Ao fazer uma análise dos deslocamentos das entrevistadas durante o trabalho de campo, pôde-se perceber alguns aspectos semelhantes nos seus relatos. A análise e a compreensão dos dados surgiram a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa com a participação de seis mulheres que residiam na cidade de Limeira, no estado de São Paulo.

Durante o desenrolar das conversas com as entrevistadas foram notórias algumas estratégias e táticas utilizadas para lidar com a situação do perigo urbano – “a tática é determinada pela ausência de poder, assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder.” (DE CERTEAU, 1998, p. 101).



Dessa forma, são estratégias e táticas cotidianas que trazem uma certa segurança nos deslocamentos diários tendo em vista o impacto da violência urbana sob os corpos das mulheres nas cidades, impedindo-as de ter um deslocamento seguro e irrestrito. As táticas e estratégias atuam, portanto, no enfrentamento – mesmo que individual – das vulnerabilidades urbanas, que aqui são entendidas como os riscos e perigos que as mulheres experienciam na cidade (MARANDOLA JR., 2014). Nesse sentido, a discussão dos dados da pesquisa será analisada a partir de estratégias e táticas expressas pelas mulheres participantes.

Entendendo que as ruas deveriam ser lugares para se deslocar em qualquer período do dia e em qualquer lugar, sem existir o sentimento de vulnerabilidade e insegurança, é importante olhar para as razões e atravessamentos dessa problemática. Há um recorrente o sentimento de insegurança nas cidades contemporâneas, principalmente por conta do crescimento econômico e a explosão do consumo, os espaços de vidas e os valores sociais (LOURENÇO, 2013) se tornaram reféns do capitalismo e do seu modo de produção.

Algumas das estratégias recorrentes utilizadas pelas mulheres entrevistadas foram: andar em lugares movimentados, evitar andar sozinha em determinados horários do dia, evitar ficar sozinha em pontos de ônibus, se afastar de terrenos baldios, morar próximo ao lugar de trabalho ou faculdade, ser conhecida na cidade e aderir ao transporte alternativo para se deslocar.

Por conta do distanciamento entre os lugares e as pessoas, advindo da consequência do processo de modernidade urbana, às estratégias utilizadas para ter maior segurança, como, evitar andar em determinados horários do dia e andar em lugares movimentados são frequentemente adotadas pelas mulheres.

Todavia, as restrições e as estratégias utilizadas pelas mulheres mostram que os espaços não são seguros para muitos, mas, ainda mais, para as mulheres, que são vítimas da consequência do processo histórico e cultural de violências presente em nossa sociedade. “A rua, por definição, é uma via de circulação pública. Logo, qualquer cidadão teria o direito e a liberdade de transitar por ela a qualquer dia e hora; claro, desde que não seja uma mulher.” (PASKO, 2015, p.2). Portanto, na cultura sexista que atravessa a experiência de deslocamento na cidade pelas mulheres, a cidade passa a ser um espaço hostil para suas vidas.

Diante das circunstâncias mencionadas, um fator citado recorrentemente pelas entrevistadas, seria utilizar o transporte público o menos possível, para não correr o risco de ficar sozinha no ponto de ônibus, pois, na visão das participantes, são lugares que atraem riscos de violência e roubo, principalmente nos horários da noite e ao amanhecer. “A cidade e as ruas à noite ‘não é para ser das mulheres’, principalmente para aquelas que utilizam o transporte público” (MACHADO, 2016, p. 204).

Em virtude do baixo investimento em transporte de qualidade, o tempo gasto nesse tipo de deslocamento torna esse transporte inviável para a segurança das mulheres e é a partir desse sentimento que as mulheres buscam outras alternativas para se locomoverem, como, por exemplo, o uso da bicicleta.

Nesta perspectiva, o uso da bicicleta é uma das estratégias presentes em suas colocações, uma vez que, o hábito de utilizar a bicicleta além de ser um fator que se destaca em relação a melhoria na qualidade de vida, no incentivo ao transporte alternativo e no custo do deslocamento, pode ser visto também, a partir dos discursos das entrevistadas, como um transporte que auxilia na proteção diária.

Em conformidade com César (2010), a bicicleta traz inúmeros benefícios atrelados ao seu uso. Pedalar melhora a saúde, reduz o stress, não polui o ambiente, não faz barulho, não provoca engarrafamentos, possui um custo baixo, é um meio de transporte rápido e eficiente, pois, não tem custos associados ao seu uso. Além disso, há também o fato de que a bicicleta permite que se tenha uma relação mais próxima com a cidade e com as coisas à sua volta. O uso das bicicletas poderia transformar a realidade urbana em vários aspectos necessários a qualidade de vida e ao direito a cidade, não só das mulheres.

O desenvolvimento do uso da bicicleta pode levar à construção de cidades sustentáveis e saudáveis, visto todas as vantagens a ela atribuídas. Porém, só com a transformação radical da sociedade, que vai além da mobilidade urbana, ou seja, uma mudança estrutural do sistema econômico, político, cultural, é que de fato pode-se construir cidades realmente saudáveis e, sobretudo, sustentáveis (SANTOS *et al.*, 2021, p. 126).

O planejamento e a mobilidade urbana não se descolam com os demais fenômenos que atravessam a experiência das mulheres na cidade sendo necessário atentarmos para isso. Como anteriormente colocado, a experiência está sempre atrelada à existência dessas mulheres, que se encontram – embora não se definam somente por eles – em sistemas culturais, urbanos e econômicos distintos.

Mesmo com o discurso de que índices de assaltos teriam crescido com o aumento de ciclistas nesse período em Limeira, a percepção de exposição à vulnerabilidade das mulheres participantes da pesquisa ao aderirem à bicicleta é inferior em relação ao que sentiam enquanto pedestres, pois este meio de transporte possibilita menor tempo expostas nos espaços públicos.

O uso e a importância da bicicleta em seus cotidianos fazem com que possamos olhar para relação entre as políticas de planejamento urbano e a mobilidade urbana, em que se urge como uma das questões centrais do direito à cidade para mulheres. Tendo isso em vista, ressaltamos que em todo o Brasil, tem sido priorizadas obras e construção de vias que privilegiam o transporte privado e individual, dificultando a mobilidade urbana das pessoas que usam bicicletas, como expõem Santos *et. al* (2022, p.123):

[...] os deslocamentos a pé e em bicicleta dificilmente são colocados como prioridade, ou nem mesmo aparecem no planejamento urbano. Isso se dá por dois motivos principais: primeiramente, por falta de interesse político, pois esses modais não apresentam valor de mercado; e também por eles atenderem principalmente aos pequenos trajetos, os quais são desconsiderados e raramente aparecem nas estratégias do planejamento. Especificamente sobre as políticas de mobilidade no Brasil, elas são propostas para manter a estrutura da cidade voltada para o transporte particular e motorizado, e priorizam cada vez mais a circulação de automóveis, em detrimento do melhoramento do transporte público e coletivo e das condições das vias para o deslocamento não motorizado.

Dessa forma, a estrutura e a construção da cidade, aliadas à um planejamento urbano que inviabiliza rotas e vias seguras para as bicicletas, também reforçam mais uma vez a vulnerabilidade das mulheres que só podem optar por esse meio de transporte.

Ao questionar um lugar que elas se sentiam bem e seguras ao andar, o que foi mais recorrente em suas falas são os bairros em que elas residem. Pelo fato de se familiarizar com o lugar e também pelo fato de as pessoas serem familiarizadas com elas. Até mesmo uma das participantes da pesquisa mora e trabalha no mesmo local, pois isso evita acontecimentos desagradáveis em um possível deslocamento, além de trazer maior comodidade.

Foi possível também perceber um fator importante evidenciado, a diferença de classes nesse tipo de discurso, em que, as entrevistadas com menores rendas se sentiam ainda mais seguras nos seus bairros de origem, justamente por não ter o privilégio de trabalharem no próprio bairro ou próximo a ele. “Casa e bairro são símbolos da segurança e da estabilidade. É o ponto, a pausa, o posto ao movimento.” (MARANDOLA JR., 2014, p. 113). Nessa perspectiva, a experiência e o sentido desses lugares na vida das mulheres entrevistadas tornam esses lugares acolhedores e seguros para elas.

Em uma reportagem do jornal “O Globo Rio”, no ano de 2018, fez-se uma análise de um manual com dicas de como evitar a violência urbana no Rio de Janeiro e com a ajuda de um especialista em segurança analisaram cada estratégia utilizada e julgaram a sua eficiência. Dentre as medidas, citaram: andar em lugares movimentados, evitar sair após às 22 horas, evitar determinados lugares, como, becos e vielas, entre outros. Pode-se associar essas medidas com algumas das estratégias utilizadas pelas entrevistadas, que por motivos de segurança individual as aderem no seu dia-a-dia.

Ao fazer uma análise de situações semelhantes descritas pelas entrevistadas, é possível observar algumas táticas utilizadas em seus cotidianos, como, por exemplo, evitar utilizar determinados tipos de roupa nas ruas e táticas emergenciais durante os deslocamentos.

Em um outro exemplo rotineiro em seus deslocamentos as mulheres entrevistadas mencionaram que, ao sentirem que estão em risco em um determinado momento da locomoção, a melhor opção seria fingir entrar em qualquer casa durante o trajeto, abrindo a possibilidade de morarem no local para

evitarem determinadas situações de violência, principalmente no período noturno e ao amanhecer, pois, na visão delas, são horários que precisam ser evitados devidos aos maiores riscos para as mulheres.

A mudança de rota nos deslocamentos foi um aspecto recorrente em suas falas. Na visão de algumas entrevistadas, é preferível mudar rota, ou até mesmo aumentar o tempo de deslocamento para se esquivar de determinados espaços desertos, que apresentam características que as deixam mais vulneráveis, como, por exemplo, becos e vielas, terrenos com matos e rios ao redor e terrenos baldios, dado que, normalmente esses locais não existem grandes movimentações de pessoas e não garantem segurança por conta do ambiente abandonado. Segundo Jacobs (2011, p. 87) “É uma coisa que todos já sabem: uma rua movimentada consegue garantir a segurança; uma rua deserta, não.”

Fazendo uma analogia com Kern (2021, p. 200):

Mas, uma vez que temos muito pouco controle da presença de homens em nossos ambientes, e não podemos funcionar em um estado de medo constante, deslocamos partes do nosso medo nos espaços: ruas, becos, plataformas de metrô, calçadas escuras da cidade.

Nessa mesma perspectiva de alternativas emergenciais durante o trajeto, outros aspectos apresentados nas conversas pelas mulheres foram estratégias como fingir se direcionar a alguma casa ou comércio ao observar algum movimento estranho durante a caminhada. De acordo com elas, o indivíduo suspeito se sentiria acanhado em fazer qualquer tipo de ação observando um movimento diferente pela mulher. Dentro desta ação, as mesmas fingiram estar conversando com alguém no telefone celular para demonstrar que algum conhecido está a sua espera ou vindo ao seu encontro.

Um elemento significativo observado durante as entrevistas é a diferença do medo sentido nas ruas em uma perspectiva de idades das entrevistadas. Para mulheres de 18 a 30 anos o medo de ser assediada e estuprada se sobressai em relação ao medo de assaltos. Mulheres acima de 30 anos se sentem mais inseguras por conta de assaltos. “O medo também é contornado por diferenças de idade, raça, classe, sexualidade, identidade de gênero e habilidade” (KERN, 2021, p. 212). É interessante observar a diferença de medos a partir deste dado, pois isso o que tem relação não apenas com ciclo de vida, mas com experiências compartilhadas e os próprios horizontes de sentidos em que estão inseridas.

As estratégias e táticas utilizadas por algumas mulheres de Limeira evidenciam a constante luta por um deslocamento seguro nas ruas. Os discursos e experiências das mulheres entrevistadas evidenciam, portanto, a reverberação de uma cidade que as oprime, seja na possibilidade ou na concretização de distintas violências.

Um planejamento urbano que de fato tenha interesse em transformar a realidade da cidade, que é marcada pela desigualdade, não pode esconder os diversos conflitos existentes, como é a prática comum tanto no modelo modernista quanto no estratégico.



Ao contrário, deve partir deles e, principalmente, dos sujeitos que estão na linha de frente dos conflitos, para através de suas experiências com os problemas cotidianos da cidade e dos conflitos existentes com os interesses dominantes locais vislumbrar uma outra cidade, que seja capaz de superar as desigualdades que historicamente são parte de sua realidade (SANTOS *et al.*, 2022, p.122).

É evidenciando as experiências que se manifestam no fenômeno que podemos aqui concluir que em resposta a constante vulnerabilidade e frente à necessidade do deslocamento diário, essas mulheres buscam se proteger a partir de táticas e estratégias que permitem sua sobrevivência nos espaços urbanos. E, embora essa subversão permita que, de certo modo, elas possam participar das dinâmicas de construção do urbano, sabemos que a realidade de um direito à cidade para as mulheres ainda se faz muito distante, manifestando um planejamento público urbano que ignora suas vulnerabilidades.

AS MULHERES E A CIDADE: PARA QUEM ESSES ESPAÇOS FORAM FEITOS?

A forma urbana se constitui através características que provocam tanto o afastamento quanto o acolhimento das pessoas. No entanto, estas não são neutras e universais, mas possuem cor, gênero e classe social. As mulheres vivenciam de diferentes formas, e em maior ou menor grau, uma vulnerabilidade desigual no espaço urbano que é todo orientado pelo homem (KERN, 2021).

Ao olhar para as distintas possibilidades de experiências das mulheres, podemos olhar para experiência dos corpos de mulheres negras que se encontram situadas em uma contínua marginalização da vivência urbana, tendo em vista que são atravessadas pela estrutura patriarcal e racista, embora isso não impeça a possibilidade de subversões desse espaço para sua sobrevivência (VERGÈS, 2020).

Segundo Beauvoir (1970), historicamente a mulher foi vista como o Outro, o objeto que sempre está em condição de subordinação, muitas vezes sendo relegada a um pertencimento “natural” a família, as funções domésticas e a maternidade, o que tem como resultado uma exclusão de funções nas quais se privilegiam debates e decisões sobre os espaços públicos. Em paralelo à essa constatação, podemos observar que com o avanço do movimento feminista nas últimas décadas em diversas partes do mundo e no Brasil, podemos observar algumas mudanças e novos contornos para as mobilidades urbanas, modificando fluxos, estruturas e demandas (TELES, 2017).

Apesar disso, mesmo com algumas conquistas garantidas no âmbito legal, ainda se percebe obstáculos e limitações nos encontros cotidianos, onde as colocam em situações de opressão e medo (BIROLI; MIGUEL, 2015). Nesse sentido, os corpos, ainda que em situações de liberdade, possuem limitações impostas pela dinâmica de violência imposta pela lógica masculina e patriarcal, principalmente nos espaços públicos das cidades, e, no que tange esse trabalho, na cidade de Limeira - SP.



De acordo com Burgos (2013), um dos principais motivos das cidades não serem espaços acolhedores, principalmente, para as mulheres, pode estar associado ao sistema patriarcal, em que, predominantemente, os homens sempre ocupavam trabalhos públicos e as mulheres ocupavam funções da casa. Sobre isso, é importante ressaltar que o acesso das mulheres ao mercado de trabalho formal a partir da década de 1950 no Brasil, tem um recorte social e racial. As mulheres negras, como coloca Ribeiro (2018), sempre estiveram inseridas em uma estrutura de trabalho exploratória para além de suas casas, o que não tornou, no entanto, suas experiências urbanas menos hostis.

Na relação da modernidade urbana com a separação do que é residência e o que é trabalho, constituiu-se uma espacialidade dividida entre os bairros para morar, bairros para produzir e bairros para comprar. Essa relação tem um forte impacto nos deslocamentos urbanos, pois nas ruas tem-se uma construção intensificada de lugares de riscos e inseguranças. Nessa ampliação forçada de trajetos, os lugares onde não existe uma relação de afetividade para o indivíduo, tornam-se lugares de maior vulnerabilidade, por conta do desconhecido e da falta de familiaridade com o espaço (MARANDOLA JR., 2014).

Neste contexto, esse formato de cidade corrobora com a ideia de uma mobilidade pautada pelos longos trajetos, grande custo e a dissociação casa e trabalho, e, por sua vez, as mulheres ficam mais expostas às ruas e ao perigo urbano. Diante dessas circunstâncias, as mulheres sentem vulnerabilidades e situações de violências que as impedem de se locomover de forma com que elas se sintam seguras.

Segundo Burgos (2013, p. 37):

A opressão da mulher é secular e é reflexo desta sociedade capitalista que diferencia os papéis sociais entre homens e mulheres e com esta definição carrega todos os outros elementos que demonstram as desigualdades sociais entre homens e mulheres, quer sejam, no mercado de trabalho, no papel na sociedade, nas relações de poder, na relação familiar e doméstica.

Para entendermos como se manifesta a experiência das mulheres nas cidades, precisamos entender de onde nascem as situações de opressão que ainda hoje são visíveis dentro dos espaços urbanos, pois, fazendo uma analogia à reflexão de Ana Lúcia Alencar Burgos (2013), a opressão vem de um lugar onde os papéis foram divididos para privilegiar os homens dentro de um sistema desigual, como o sistema capitalista.

Ainda que os padrões de mobilidade façam emergir uma experiência comum de medo e vulnerabilidade entre as mulheres, não podemos descartar a questão de os corpos sentirem de formas diferentes os riscos e perigos, o que impacta as vulnerabilidades. Um exemplo, como dito anteriormente, é o efeito raça e classe no modo de sentir as cidades (DAVIS, 2016).



Segundo Biroli e Miguel (2015), ainda que as mulheres estejam se profissionalizando e ocupando lugares que eram pouco vistas, as mulheres brancas e de classe média ocupam posições que mulheres pretas e de classe baixa são pouco vistas, e este fator define um contexto desigual de mobilidade, pois, as vivências de gênero são diferentes também pelo contexto da hierarquização de gênero, classe e raça.

Nesse sentido, podemos pensar a noção de trabalho dessas mulheres no contexto desigual promovido pelo sistema capitalista: enquanto algumas possuem o privilégio de um meio de locomoção mais seguro, usando carros como transporte privado. A realidade de outras se desdobra em encontrar formas de deslocamento financeiramente mais acessíveis que as tragam mais segurança no ir-e-vir, como o exemplo já aqui citado, as bicicletas.

Vale ressaltar que o fator de segurança em morar perto do local de trabalho é uma perspectiva importante a ser observada na experiência das mulheres na cidade. Muitas mulheres não possuem a garantia de morar próximo ao trabalho e por isso o deslocamento se torna algo que as deixam em uma maior posição de vulnerabilidade dentro das cidades. O tempo que essas mulheres gastam se deslocando é maior devido também à baixa qualidade ofertada do serviço de transporte público, o que dificulta o sentimento de segurança dessas mulheres nos deslocamentos diários.

O sentimento de pertencimento aos espaços públicos das cidades se torna distante da realidade das mulheres, pois, as cidades não foram planejadas para as mesmas. Embora haja constantes mudanças e conquistas nas relações de desigualdade de gênero no cenário urbano brasileiro no âmbito dos movimentos sociais, não há um esforço contínuo dos governantes para melhorar a relação de segurança das mulheres para com as cidades (KERN, 2021).

Observando o novo cenário nas relações de gênero devido a ocupação das mulheres nos espaços públicos, podemos pensar em como tornar as cidades ambientes seguros. Kern (2021) nos alerta que para isso, devemos antes nomear e enxergar as práticas e estruturas que se colocam nesses espaços, retomando ao argumento que as cidades foram projetadas por homens e para homens. A autora traz o termo “cidade dos homens” fazendo um comparativo com os papéis tradicionais de gênero, segundo a autora

De acordo com a autora Kern (2021, p. 19):

[...] a cidade foi criada para apoiar e facilitar os papéis tradicionais do gênero masculino e estabelecendo as experiências dos homens como “regra”, com pouca consideração de como a cidade cria bloqueios para as mulheres e ignora seu contato diário com a vida urbana.

Para construir um debate legítimo no âmbito das cidades, precisamos partir do pressuposto de que as cidades são espaços que repelem as mulheres (KERN, 2021) e a partir disso pensar de que modo a

administração pública pode agir para garantir que o direito à cidade também seja assegurado para as mulheres.

Segundo Burgos (2013, p. 47):

Assim, há uma similitude no interrogar se as mulheres o são sujeitos ocultos nas cidades e afirmar que as mesmas estão em todos os lugares. Essa similitude, por sua vez, revela uma diferença: uma coisa é constatar a presença das mulheres na cidade, outra completamente distinta é pensar a produção desse espaço tendo como preocupação política e analítica a estrutura e a dinâmica das relações das desigualdades entre mulheres e homens (TACIANA, 2005). Portanto, a estruturação das cidades é realizada segundo um modelo masculino, e, a mulher neste modelo é invisível. As mulheres não são consideradas como sujeitos políticos capazes de falar em seu próprio nome, bem como, que sejam capazes de pronunciar um pensar e uma ação sobre a dinâmica das cidades. A mínima referência feita às mulheres nesses processos políticos reafirma a desigualdade e o seu ocultamento como sujeitos.

Ainda que as experiências sejam individuais e únicas, o debate sobre a perspectiva de gênero nas cidades é importante, pois relatos de opressões em comum demonstram a necessidade de uma participação social na construção de políticas públicas, principalmente pelas mulheres, no âmbito das cidades.

De acordo com Burgos (2013, p. 45), “A participação é conquista, para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infundável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo.” As mulheres que participam do processo de decisão e discussão do espaço são agentes importantes para a conquista de lugares seguros, o que também abre possibilidades para que sejam vistas para além das estruturas sociais que a circunscrevem.

Mesmo que atualmente exista algumas estratégias para que as mulheres se sintam mais seguras no espaço público, essas medidas são paliativas e não possuem um direcionamento para o centro da questão. Nesse sentido, é de fundamental importância aproximar a discussão de gênero na tomada de decisão da administração pública e construir debates que busquem o enfrentamento as vulnerabilidades da mulher no espaço urbano, colocando-as junto às tomadas de decisões das discussões do planejamento urbano dos municípios.

Como mencionado anteriormente, embora os tomadores de decisões estejam implementando medidas que melhorem a segurança das mulheres, estas não bastam para acabar com a violência de gênero no espaço urbano. Essas medidas paliativas podem influenciar nos deslocamentos seguros, porém, é preciso construir um planejamento urbano em que a participação das mulheres seja ativa em todo o processo na construção das cidades, colocando necessidades que provém de diferentes experiências desse grupo no centro do debate de planejamento e mobilidade urbana.

O Plano Diretor Estratégico de cada município, é uma ferramenta relevante para uma representação de políticas públicas para o planejamento urbano. É a partir do Plano Diretor Estratégico que se tem diretrizes e orientações para ocupação e uso do espaço urbano, sendo importante para tomadas de decisões nas cidades. No entanto, na atualidade, essa ferramenta tem se mostrado como mais uma reverberação dessa desigualdade nos espaços públicos de tomadas de decisões políticas, o que mais uma vez inviabiliza a participação e a transformação desses espaços.

Em que pese a ordenança de participação coletiva, o Plano Diretor representa a discricionariedade da Administração Pública, pois barreiras sociais e econômicas dificultam a oitiva das angústias das pessoas que (não) ocupam a cidade (REIS; VENÂNCIO, 2016, p. 231). Não obstante, a partir do momento em que inexiste a busca pelo interesse de todas as pessoas, o planejamento urbano acaba sendo um reprodutor de ideologias que tratam sobre as transformações do território para que se alcance o “desenvolvimento” e a “modernidade” (SANTOS, 1993, p. 110), mas não a inclusão social (MASTRODI et al., 2018, p. 873).

Na medida em que as mulheres passam a ocupar funções na discussão do planejamento urbano, elas mostram a partir das suas experiências quais são os obstáculos vivenciados no cotidiano dentro das cidades e a partir disso se pode pensar em políticas públicas numa perspectiva de gênero: “[...] é necessário que se fortaleça, facilite e incentive uma participação representativa de mulheres nos espaços de decisão e discussão sobre a cidade” (DA SILVA, 2020, p. 17).

Algumas alternativas podem ser pensadas a partir dos debates públicos de planejamento urbano para as cidades se tornarem espaços mais seguros e menos desiguais. Observando a perspectiva da situação das mulheres, as cidades precisam de locais com mais iluminação, seguros, com investimento em transporte público, uma polícia capacitada para um atendimento humanizado aquelas que sofreram algum tipo de violência nas cidades. Não existe uma única solução para melhorar a segurança urbana. Segundo Kern (2021), a tentativa de melhorar a segurança urbana deve se pensar nos elementos sociais, culturais, econômicos e nas interseccionalidades e para tanto, a forma do ambiente construído.

Em vista disso, pensando na compreensão do que é ser mulher nas cidades, é de fundamental importância edificar debates com a participação das mulheres no processo de construção dos espaços públicos e, em conjunto, na perspectiva da mobilidade urbana, a fim de incorporar, efetivamente uma perspectiva feminista das mulheres no próprio sentido da cidade e do urbano.

Deste modo, se faz necessário pensar nas possibilidades que constituem que é ser mulher a partir das experiências vividas e no que tange os elementos históricos, sociais, culturais, econômicos, dando espaço para as interseccionalidades (AKOTIRENE, 2019). Olharemos a partir desse ponto, para as mulheres e suas experiências de existir na cidade de Limeira, colocando em discussão e em movimento a

mobilidade urbana e suas experiências de táticas e estratégias para subverter e sobreviver em uma cidade que também não foi feita para mulheres.

OLHAR AS VULNERABILIDADES: O QUE PRECISAMOS PARA CONSTRUIR UMA NOVA CIDADE?

Para pensarmos a realidade das cidades e das mobilidades urbanas é necessário ter em perspectiva a experiência das mulheres. Existindo em um mundo estruturalmente construído e dominado por homens, as mulheres se encontram historicamente atravessadas por opressões e violências que tem sua gênese em um sistema machista e patriarcal. Ainda que suas experiências enquanto ser mulher no mundo não estejam encerradas ou limitadas as violências vigentes, as mulheres não podem ser descoladas dessas dinâmicas de poder estritamente masculinas.

Possuindo forma e estrutura pensada por e a partir de uma concepção dos homens, os espaços urbanos também desvelam hierarquias de poder pautadas no gênero, sendo catalisadoras de uma exclusão contínua que constrói uma experiência de medo cotidiano por parte das mulheres. Nesse trabalho, aprofundamos a questão da experiência das mulheres na mobilidade urbana de Limeira, município situado no estado de São Paulo.

A partir de experiências e vivências com as participantes, a pesquisa nos mostra que a cidade de Limeira é vivenciada por essas mulheres entre táticas e estratégias que visam possibilitar o seu deslocamento diário, minimizando as violências e opressões. Dentre as estratégias e táticas para enfrentar essas violências, destaca-se o uso da bicicleta por ser um meio de locomoção mais financeiramente acessível e rápido de deslocamento.

Ser-mulher é também estar em um contexto que as colocam em constantes posições de risco e vulnerabilidades. A busca pelas estratégias e táticas para sobrevivência em um mundo dominado por homens é o ponto central que nos permite discutir a importância da mulher no processo da tomada de decisão na formulação do planejamento urbano e na compreensão do espaço urbano.

O debate público sobre a situação das mulheres dentro das cidades e durante o deslocamento urbano é pouco difundido, e, por isso, defendemos aqui que é preciso colocá-las efetivamente no processo de tomada de decisão e no desenvolvimento do planejamento urbano dos municípios, visando tornar os espaços públicos ambientes seguros que não vulnerabilizam a experiência das mulheres.

O trabalho nos chama atenção, portanto, para a urgência de pensar e pesquisar políticas públicas que corroborem para uma cidade que seja construída possibilitando as mais diversas vivências das mulheres. Para que o direito à cidade seja garantido é necessário que haja necessariamente um urgente

adensamento nas questões que atravessam as experiências da mulher e em também suas diferentes formas de ser que abrangem cor, sexualidade, idade, religião, dentre outras.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Aníbal; VALE, Mário. **Igualdade de Gênero nas Geografias 15 Espaço Temporais: Uma Análise a partir de Dispositivos Móveis**. Revista Latino Americana de Geografia e Gênero, v. 10, n. 1, 2019.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidades**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

BAENINGER, R.; PERES, R.; D'ANTONA, A.O.; ETULAIN, C.. (Org.). **Por dentro do Estado de São Paulo: Região de Limeira**. Campinas-SP: NEPO-Unicamp, 2012.

BARBOSA, C.P. Leituras feministas de Merleau-Ponty do corpo à identidade. Instituto, v.10. n.2, p. 108-115, 2017.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2016.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. **Gênero, Raça, Classe: Dominações Cruzadas e Convergências na Reprodução das Desigualdades**". Mediações, vol. 20, nº 2, pp. 27-55, 2015.

BURGOS, Ana Lúcia Alencar. **Um enfoque de gênero na política urbana - experiências de participação feminina no Recife**. Recife, 2013. 232 f. Tese (doutorado) - UFPE, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós- graduação em Serviço Social, 2013.

CÉSAR, Yuriê Baptista. **Garantia do direito à cidade através do incentivo ao uso da bicicleta nos deslocamentos urbanos**. Departamento de Geografia - UnB, Brasília, 2010.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CRITELLI, Dulce Mára. **Análítica do sentido: Uma aproximação e interpretação do real de orientação fenomenológica**. Brasília: Editora Brasiliense, 2ª ed., 2006.

DA SILVA, Marina Pereira SG. **A MOBILIDADE A PÉ DAS MULHERES EM SÃO PAULO: a perspectiva de gênero no planejamento urbano [PEDESTRIAN WOMEN IN THE CITY OF SÃO PAULO Gender perspective in urban planning]**. Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo, n. 12, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Editora Boi Tempo, 2016.

ELLIOTT, A.; URRY, J. **Mobile Lives**. Londres: Taylor & Francis, 2010. 208p.

ESPECIALISTA pontua 'manual' com dicas de como evitar a violência no Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 0-0, 14 mar. 2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/especialista-pontua-manual-com-dicas-de-comoevitar-violencia-no-rio-22487595>. Acesso em: 19 nov. 2021.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Relatório Cidades**, 2010.



- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Tradução de Carlos Mendes Rosa. 3. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2011. 510 p.
- KERN, Leslie, 1975 - **Cidade feminista: a luta pelo espaço em um mundo desenhado por homens** / Leslie Kern; [tradução de] Thereza Roque da Motta - Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.
- LEMOS, A. Cultura da Mobilidade. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 16, n. 40, p. 28-35, 2009.
- MACHADO, Talita Cabral. A cidade das mulheres feministas: uma cartografia de Goiânia em perspectiva interseccional e da diferença. 2016. 231 f. **Tese** (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- MAPA DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – 2018. **Comissão de defesa dos direitos da mulher**, 2018.
- MARANDOLA JR., E. J. Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas. In: CUNHA, J. M. P. (Org.). **Mobilidade espacial da população: desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo**. Campinas: Nepo/Unicamp, 2011. p. 95-115.
- MARANDOLA JR., Eduardo. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. São Paulo: Blucher, 2014.
- MARANDOLA JR., Eduardo; MAGOSSO, Carolina. Mobilidade Espacial da População e Regionalização na Região de Limeira. In: OJIMA, R.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **Dispersão Urbana e Mobilidade Populacional**. São Paulo: Edgard Blücher, 2016. p. 153-178.
- MASTRODI, Josué; BATISTA, Waleska Miguel. O dever de cidades includentes em favor das mulheres negras. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, vol. 10, nº 2, 2018.
- OJIMA, Ricardo; MARANDOLA JR., E. Mobilidade populacional e um novo significado para as cidades: dispersão urbana e reflexiva na dinâmica regional não metropolitana. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 14, n. 2, p. 103-116, 2012.
- PASKO, Priscila. **A Mulher no espaço urbano: E se a rua também fosse dela?** Disponível em: http://lounge.obviousmag.org/por_uma_linha_que_caiba/2015/08/a-mulher-no-espaco-urbano-e-se-a-rua-tambem-fose-delas.html . Acessado em: 19 de nov de 2021.
- PASINATO, Wânia. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cad. Pagu**, Campinas, dez. 2011.
- OYÈRÓNKÉ, Oyewúmi. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. 1ª ed, Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- SANTOS, Janio; SANTOS; Luiz Eduardo Pereira Ferreira. Planejamento e mobilidade urbana no brasil: o uso da bicicleta como uma nova maneira de pensar e construir a cidade. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, vol. 14, nº1., 2022.
- SHELLER, M. From spatial turn to mobilities turn. **Current Sociology**, v. 65, n. 4, p. 623-639, 2017.



TELES, Paula. **Os Territórios (Sociais) da Mobilidade: Um desafio para a Área Metropolitana de Porto.** Porto: Lugar do Plano, 2005.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil e outros ensaios.** São Paulo: Editora Alameda, 2017.

QUEIRÓS, Margarida? MORGADO, Paulo; COSTA, Nuno Marques da; MILEU, Nelson; ALMEIDA, Aníbal.

VALE, Mário. Igualdade de Género nas Geografias EspaçoTemporais: Uma Análise a partir de Dispositivos Móveis. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, v. 10, n. 1, p. 0325, 2019.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Sobre os autores:

Eduardo José Marandola Júnior

Professor Doutor Adjunto na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), no departamento de Geografia no Instituto de Geociências.

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7209-7735>

E-mail: edaurdo.marandola@fca.unicamp.br

Fernanda de Faria Viana Nogueira

Doutoranda no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5848-4851>

E-mail: f262924@dac.unicamp.br

Ana Carolina Grilli Felizardo

Graduada em Administração Pública pela Universidade Estadual de Campinas

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

E-mail: carolinagrilli@gmail.com

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

